

Cachimbo: na rota clandestina

O Pará ingressou na era nuclear pelas portas dos fundos. A decisão, adotada pelo governo na semana passada, de levar para a Serra do Cachimbo o material radioativo que contaminou um número ainda indeterminado de pessoas, mostra que ali já existe muito mais do que uma simples área militar ou um campo de provas para armamentos convencionais. Pelo menos desde 1979 o Cachimbo é um dos pontos no amplo roteiro do programa nuclear autônomo, através do qual o governo pretende dominar o ciclo completo — com enriquecimento e processamento do urânio — e estar em condições de fabricar a bomba.

O governo pensou inicialmente em minimizar o incrível acidente de Goiânia, provocado pela negligência no uso de um prosaico equipamento radioterápico. Mas o interesse de cientistas de outros países deu ao episódio a dimensão de maior acidente nuclear, abaixo apenas de Chernobyl. Nos primeiros dias, técnicos da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) mediam a radioatividade em mangas de camisa. Só depois foram adotados os cuidados impostos pela gravidade do acidente. Despreparado para atuar nessas circunstâncias, o governo procurou uma solução rápida. Encontrou uma só: a área da Serra do Cachimbo.

A decisão indignou e estremeceu os paraenses, a começar pelo governador Hélio Gueiros, que reagiu com um telegrama ao presidente Sarney em termos inusitadamente duros para as cordiais relações entre os dois. Enquanto assistia o pronunciamento do presidente da CNEN, Rex Nazareth Alves, por uma cadeia de rádio e televisão, o governador deixou escapar alguns palavrões. Furioso, preferiu aguardar o dia seguinte para redigir, com mais calma, o telegrama. Mesmo assim, saiu um texto que poderia levar a um rompimento entre o governador e o presidente.

Sarney já havia recebido uma advertência de Gueiros na véspera, mesmo assim — sem consultá-lo, ao contrário do que noticiou a TV Globo — autorizou a CNEN a transferir o material de radioativo para o Cachimbo o mais rápido possível. Um

assessor do governador especulava, com ironia, sobre a motivação dessa pressa: "Goiânia fica perto de Brasília. Os marajás do Planalto estão com medo de ficar contaminados".

A história brasileira recomenda não encarar com tanto ceticismo essa esdrúxula possibilidade. Mas a opção pelo Cachimbo, segundo algumas fontes que têm acompanhado de perto as atividades no local, se explica pelo papel que aquela base tem desempenhado no desenvolvimento do programa paralelo, voltado para utilização militar da energia nuclear. A deposição do cézio-137 teria a função de oficializar o Cachimbo como depósito de lixo atômico, uma função cada vez mais importante: apesar de afetada pelas constantes paralisações, a usina de Angra dos Reis, a primeira em atividade no país, já produziu 1.300 tambores de rejeitos, por enquanto estocados em galpão, mas que necessitam de um depósito definitivo.

Além de preencher essa lacuna, o Cachimbo ficaria oficializado também como o local para as novas experimentações ou mesmo explosões subterrâneas quando o programa paralelo chegar a esse ponto, dentro de cinco anos, ou talvez até menos tempo. Para os paraenses, essa perspectiva é negra: a decisão sobre o Cachimbo foi tomada clandestinamente, sem maior consulta científica. Só assim se explicaria a contradição flagrante de escolher como depósito nuclear uma região sob intensa precipitação de chuvas e onde se forma uma riquíssima rede hidrográfica. Se o erro inicial foi cometido, só resta mantê-lo, conforme a lógica da clandestinidade.

O mero protesto, ainda que indignado, não modificará a situação. O protesto foi o bastante para retirar o material radioativo de Goiânia e não levá-lo para outros Estados cogitados, como o Rio de Janeiro. Mas não é o suficiente para poupar o Pará. Por isso, já começavam a surgir algumas alternativas de resistência: um interdito proibitório na Justiça ou a montagem de um acampamento no próprio Cachimbo. Qualquer que for o caminho, o Pará percebe que o pesadelo já começou.

Jornal Pessoal

Lúcio Flávio Pinto

Nº 3

1.ª quinzena de outubro de 1987

Cz\$ 20,00

MINISTÉRIO

Os critérios da escolha

O presidente Sarney diz que escolheu Jader Barbalho ministro da Reforma Agrária por causa da boa administração que ele teria feito no Pará. Mas os paraenses foram surpreendidos: o acervo de Jader é negativo.

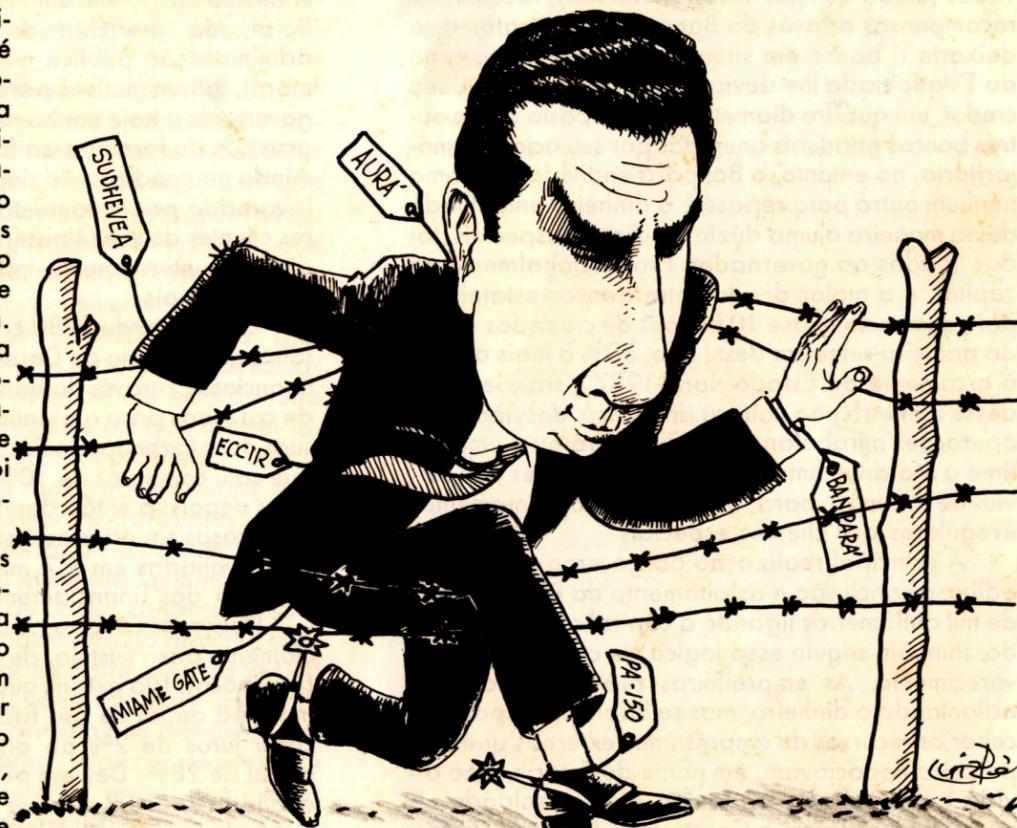
É pouco provável que a maioria dos paraenses aceite partilhar a opinião do presidente José Sarney a respeito do novo ministro da Reforma Agrária. Disse o presidente que escolheu Jader Barbalho como substituto de Marcos Freire no MIRAD devido à boa administração de ex-governador do Pará. O presidente não teria provocado tanta controvérsia se tivesse dito exatamente a verdade: que o critério de seleção foi político e acabou preenchido por exclusão.

Quando Marcos Freire foi obrigado a trocar a influente Caixa Econômica Federal pelo conturbado MIRAD, em junho, nem mesmo Jader Barbalho, recém-saído do governo estadual, queria o cargo. Três meses depois, com a morte — até hoje inexplicada satisfatoriamente — de Freire, a conjuntura já recomendava maior resignação a Jader, reduzido à condição de empresário, enquanto via avivar-se a luz própria de seu sucessor, Hélio Gueiros. Mesmo o MIRAD ajudaria a recompor a identidade com o poder — e Jader aceitou o convite.

No precário jogo da disputa política, os fatos posteriores dariam razão a sua decisão: na primeira visita a Belém como ministro, foi recebido com festas preparadas no melhor estilo brega-populista e até os ajudantes de ordens relaxaram seus deveres,

dando mais atenção ao ministro. Subitamente desamparado, o governador Hélio Gueiros teve que pegar carona de seu próprio carro oficial, tomado pela família do ministro (que ainda controla grande parte do pessoal dentro do Palácio Lauro Sodré).

Mas se o MIRAD surgiu como o trem oportuno, ainda que precário, para chegar à próxima parada, o responsável pela indicação não pode justificá-la com a boa administração do ex-governador, inexistente. Na verdade, depois que se firmou, com a marginalização dos incômodos alacidistas, parcei-



Jornal Pessoal

Editor responsável: Lúcio Flávio Pinto

Endereço (provisório): rua Aristides Lobo, 871, Belém,

Pará, 66.000. Fone: 224-3728

Opção Jornalística

ros apenas de campanha eleitoral (o botim sempre é menor do que a voracidade na partilha), a administração Barbalho transcorreu entre sucessões de escândalos, iniciados com a desapropriação do Aurá.

Esse e os "negócios especiais" seguintes, vários deles montados sem ao menos um verniz de sofisticação, indicavam os arranjos que uma administração precisa engendrar para substituir a estrutura de poder (e favorecimento) anterior. A bela gleba de Conceição do Aurá seria apenas o instrumento de uma transação muito maior ainda. Se com a compra das terras já seria possível compor dívidas de particulares junto ao Banco do Estado, com a construção de 35 mil casas populares no terreno desapropriado o principal financiador da campanha eleitoral de Jader, José Maria da Costa Mendonça, se transformaria no maior empreiteiro de obras do Pará. Seria uma boa recompensa para quem utilizou boa parte de sua dívida, de dois milhões de dólares, para eleger o amigo governador.

Os aliados do novo governo, que interrompeu uma sucessão de administrações de alguma maneira ancoradas no poder do ex-governador, ex-ministro e senador Jarbas Passarinho, ou dele derivadas (ainda que por vias transversais), receberiam recompensas através do Banpará. Esse tratamento deixaria o banco em situação original: o governo do Estado nada lhe devia, sendo, ao contrário, seu credor, um quadro diametralmente oposto ao de outros bancos estaduais onerados por seu acionista majoritário; no entanto, o Banpará endividou-se como nenhum outro para repassar o dinheiro amealhado dessa maneira a uma dúzia de clientes especiais, todos ligados ao governador. Proporcionalmente ao capital, é a maior dívida entre bancos estatais do país, somando quase 10 bilhões de cruzados no fim do primeiro semestre deste ano, 30% a mais do que o orçamento do Estado para 1987. Grande parte desse dinheiro não voltará ao banco, desviado por operações mirabolantes como o Aurá ou o empréstimo à Maíame, uma madeireira de Breves que serviu de biombo para encobrir os adiantamentos irregulares aos clientes especiais.

A principal realização do governo Jader Barbalho, a conclusão e asfaltamento da PA-150, mais de mil quilômetros ligando a capital ao sul do Estado, também seguiu essa lógica de compadrio e favorecimento. As empreiteiras realizaram a obra adiantando o dinheiro, mas se habilitando para receber os recursos de empréstimos externos que elas próprias negociavam, em nome do Estado, uma dívida que ainda levará tempo até ser saldada. A maior das credoras, a Construtora Andrade Gutierrez, responsável pelo pagamento de um jatinho executivo que, a partir de certo momento, constituiu o mis usado meio de transporte do governador, além de receber a mais generosa fatia dos empréstimos, reivindica milionária indenização por seu fracasso do projeto de colonização no Xingu. A questão vai ser decidida pelo próprio Jader, agora no MIRAD.

Jader não deixou apenas compromissos previamente amarrados e contas a pagar para o seu sucesso, Gueiros herdou uma autêntica bomba de efeito retardado: a máquina, emperrada e inchada — da administração pública. Durante a administra-

ção Barbalho entraram para o governo, sem concurso e por critério político, quase 20 mil novos servidores, uma façanha de empreguismo sem paralelo em toda a história do Estado. Seria como se o Estado formasse uma grande empresa (para os padrões da economia local) a cada mês, porém empresas improdutivas, que se alimentam exclusivamente dos cofres públicos, absorvendo mais de 90% das disponibilidades financeiras do Estado. Seis mil funcionários a título precário foram efetivados sem concurso.

Mas não restaria ao ex-governador o consolo de ter imprimido um traço marcadamente social à sua administração. Se ninguém antes dele fez tantas desapropriações de terras urbanas, como meio capaz de dar moradia a milhares de pessoas marginalizadas, as mais relevantes entre essas transações ficaram cobertas por suspeitas de irregularidade ou ilicitude, como os casos Transpina e Nortubo. Um exemplo da inépcia dessa opção é a Fundação do Bem-Estar Social do Pará, entidade com mais de cinco mil dependentes que ficou mais conhecida por suas bizarras de empreguismo do que por seus dividendos sociais.

Se os movimentos sociais podem reclamar do incremento da violência no campo, do parcialismo policial, da ineficiência da ação arbitral da administração pública ou de seu enfraquecimento moral, faltam motivos para queixas pessoais ao ex-governador, hoje um homem rico. Mas seria injusto acusá-lo de formar essa fortuna como governador. Ainda na condição de deputado federal ele já era favorecido por tratamentos especiais que os maiores clientes de seu Ministério, os agricultores, reivindicam — eternamente inatendidos — para poder produzir mais.

Em agosto de 1980 conseguiu que a Sudhevea (Superintendência do Desenvolvimento da Hévea) lhe financiasse, através do Banco do Brasil, 41,2 milhões de cruzeiros para o plantio de borracha em uma de suas duas fazendas no Pará. Para receber o dinheiro, que saiu com juros de 10% ao ano, para vencer 14 anos depois, o então deputado deu como garantia duas casas situadas no conjunto Bela Vista, em Belém, avaliadas em 4,7 milhões de cruzeiros, 20% do valor dos financiamentos.

Dois meses depois, Jader conseguia outro financiamento para custeio, de três milhões de cruzeiros (da época). Iria extrair quatro mil metros cúbicos de madeira de lei de sua fazenda Poliana. As condições: juros de 2% ao ano e correção monetária anual de 28%. Deu em penhor a própria madeira, avaliada em 10,3 milhões e, em hipoteca, uma das casas do conjunto Bela Vista, que já estava penhorada nas duas operações anteriores.

Nestas condições, se não realizou a administração pública que dele esperavam milhares de eleitores, elegendo-o governador pela oposição pela primeira vez desde 1964, não há dúvida alguma de que Jader Barbalho fez uma exuberante administração particular nos últimos quatro anos. Talvez este seja de fato o critério usado para incluí-lo num ministério composto por figuras que se tornaram notáveis na vida nacional por essa mesma característica. Fica assim o governo Sarney ainda mais coerente e bem servido.

Alterações no jogo de poder

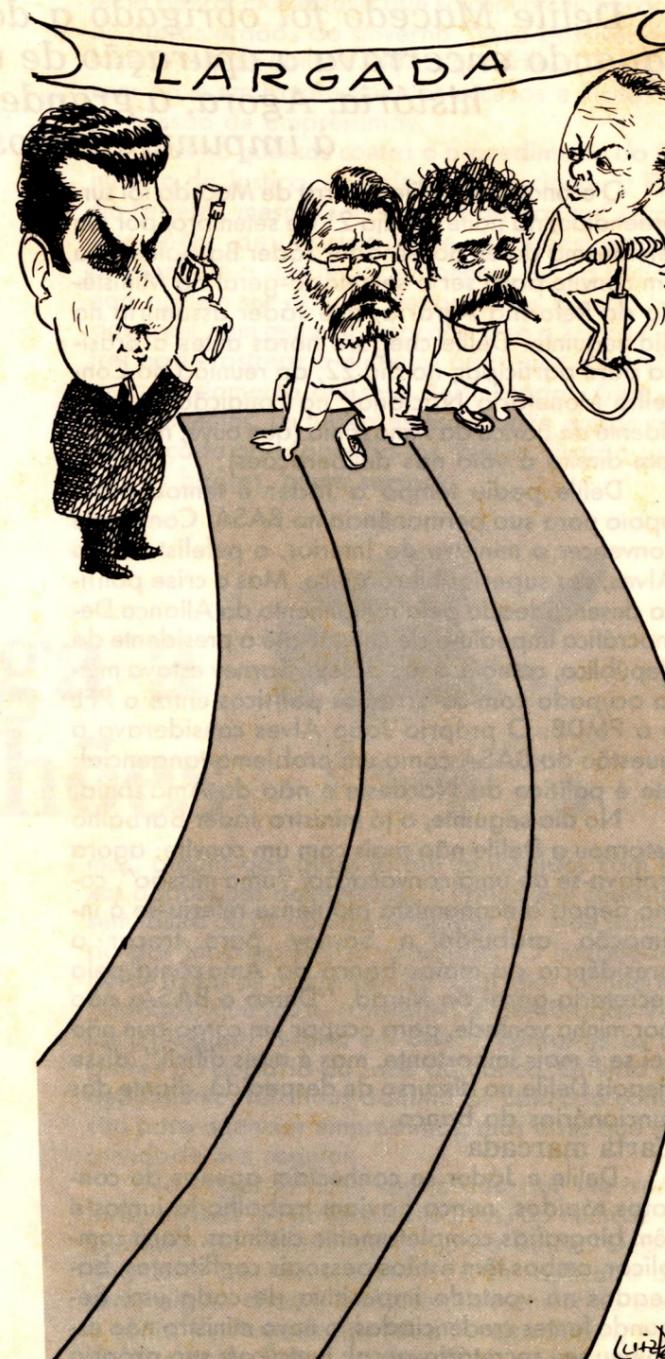
A ida de Jader Barbalho para o ministério alterou o equilíbrio de poder no Pará. O ex-governador foi o mais favorecido com seu retorno à administração pública, num cargo equiparável ao de governador. Mas ele ainda enfrentará alguns problemas. Um deles é a presença do ex-presidente do BASA, Delile Macedo, na secretaria-geral do MIRAD. Delile nunca foi segundo, nem parece ter vocação para sombra. Jader, aliás, detesta sombras, principalmente se elas não têm seu próprio perfil.

A convivência entre os dois teria que equilibrar-se entre a desconfiança de um e a fiscalização de outro, principalmente porque nunca trabalharam juntos e adotam métodos conflitantes. A previsão é de que, mantendo-se a situação, Delile não agüente a secretaria-geral mais do que alguns meses e decida aposentar-se, passando para a iniciativa privada.

O segundo desafio é o da sobrevivência em meio à crise do governo e de sua sustentação política. A retórica esquerdista ou centrista de Jader será deslocada com o novo eixo de equilíbrio que Sarney está buscando, à direita. Para quem subiu ouvindo o estouro dos fogos de festim da UDR, que em relação a outros ministros da reforma agrária usava outro tipo de fogo, a conjuntura será, no mínimo, embaraçadora. Jader poderá perder o "glamour", o trunfo que ainda lhe resta diante de faixas do eleitorado. A nível nacional, ele estará muito mais exposto ao fogo cruzado do que a nível local, no qual podia empurrar os problemas com a barriga (o processo do Aurá, por exemplo, está parado há 21 meses na justiça paraense).

A ida para o ministério, de qualquer maneira, tem um efeito prático imediato: elimina de vez a remota possibilidade de Jader candidatar-se à Prefeitura de Belém, em novembro do próximo ano. Ele poderia aliviar a agônica situação do PMDB no município da capital: contando com uma sólida estrutura de poder, o partido não dispõe de nomes de forte apelo popular, capazes de servir de contraponto eficaz à guerrilha verbal que Carlos Levy, do PL, pretende desencadear.

O senador Almir Gabriel, a outra alternativa, prefere desta vez arriscar-se a ficar de fora para tentar o governo em 1990, sua maior aspiração depois do Ministério da Saúde. O PMDB caminharia então para uma candidatura neófito e temerária, a do poeta João de Jesus Paes Loureiro, secretário de Cultura do Estado. Mesmo provocando o ceticismo do partido, Jesus seria uma bandeira mais límpida atrás da qual a máquina de votos poderia movimentar-se com desenvoltura. O mesmo não ocorreria com outras candidaturas mais fortes partidariamente, como as de Carlos Vinagre e



Vicente Queiroz, porém suscetíveis aos ataques de Levy.

Como ministro, Jader vai interferir poderosamente nessa definição. Mas ela dependerá ainda de dois outros pêndulos: o do governador Hélio Gueiros, que até agora não fez uma só visita a subúrbios, e o do prefeito Fernando Coutinho Jorge, que estará ao desabrigo em janeiro de 1989, mas em novembro de 1988 poderá ser o principal cabo eleitoral do município.

Um golpe à investigação

Delile Macedo foi obrigado a deixar a presidência do BASA quando encerrava a apuração de um dos maiores rombos de sua história. Agora, a grande preocupação é quanto à impunidade dos responsáveis.

O economista Delile Guerra de Macedo foi surpreendido, na noite do dia 21 de setembro, por um telefonema do ex-governador Jäder Barbalho. Era um convite para ser o secretário-geral do Ministério da Reforma Agrária, que Jäder assumiria no dia seguinte. Delile chegara horas antes a Brasília para participar, no dia 22, da reunião do Conselho Monetário Nacional, na condição de presidente do Banco da Amazônia (que ouve, mas não tem direito a voto nas deliberações).

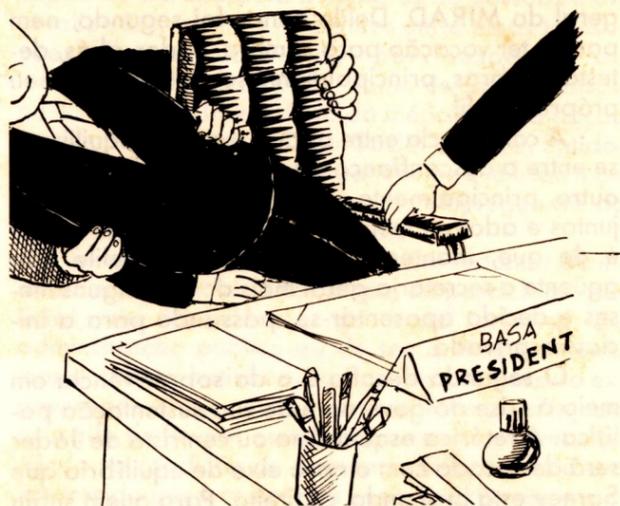
Delile pediu tempo a Jäder e tentou obter apoio para sua permanência no BASA. Conseguiu convencer o ministro do Interior, o pefelista João Alves, seu superior hierárquico. Mas a crise política desencadeada pelo rompimento da Aliança Democrática impediu-o de chegar até o presidente da República, como era seu desejo. Sarney estava muito ocupado com os arranjos políticos entre o PFL e o PMDB. O próprio João Alves considerava a questão do BASA como um problema tangencial: ele é político do Nordeste e não da Amazônia.

No dia seguinte, o já ministro Jäder Barbalho retornou a Delile não mais com um convite: agora tratava-se de uma convocação, "uma missão", como depois o economista piauiense referiu-se à intimação, atribuída a Sarney, para trocar a presidência do maior banco da Amazônia pela secretaria-geral do Mirad. "Deixo o BASA, não por minha vontade, para ocupar um cargo que não sei se é mais importante, mas é mais difícil", disse depois Delile no discurso de despedida, diante dos funcionários do banco.

Carta marcada

Delile e Jäder se conheciam apenas de contatos rápidos, nunca haviam trabalhado juntos e têm biografias completamente distintas. Para complicar, ambos têm estilos pessoais conflitantes, baseados na vontade impositiva de cada um. Segundo fontes credenciadas, o novo ministro não escolheu seu secretário-geral: junto com sua própria indicação, o Palácio do Planalto entregou-lhe dois nomes para o segundo posto mais importante no ministério. Um deles era o ex-deputado federal Odacir Klein, que preferiu continuar no Banrisul, a versão sulista do BASA. O outro era Delile, a quem não foi dada a prerrogativa de imitar a decisão de seu colega.

Quem sugeriu os dois nomes ao presidente Sarney, que por sua vez o repassou a Jäder, sabia que Klein jamais aceitaria a troca, completa-



mente desfavorável. Sabia também que Delile, às vésperas da aposentadoria, depois de 32 anos de serviços na administração pública, não poderia recusar uma convocação. O autor da sugestão foi o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e ex-ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto. Mas quem inspirou-lhe a lembrança foi seu principal assessor, Maurício Vasconcelos, genro do ex-diretor e presidente interino do BASA, Augusto Barreira Pereira.

Maurício já havia sido o responsável pela nomeação de Barreira para a estratégica diretoria de crédito geral do BASA. Também avalizara a ascensão do sogro à presidência nas ausências sistemáticas e prolongadas de Carlos Thadeu Gomes. E vinha tentando garantir-lhe a efetivação, após a renúncia de Thadeu, quando Delile teve que sair da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) por incompatibilidade com o governador Amazonino Mendes, e foi devolvido ao BASA. Desde o primeiro momento, o novo presidente deixou bem claro que entre suas principais tarefas estava a de descobrir as irregularidades que vinham sendo praticadas no BASA, saneá-lo, revelar os nomes de todos os culpados e puni-los exemplarmente.

Delile já encontrou em andamento uma audição interna e algumas iniciativas dentro da diretoria ainda isoladas e sem a firmeza necessária. Enquanto transformava a sindicância em inquérito administrativo, decidia modificar a formação da diretoria de uma maneira tão enérgica que provo-

cou o pedido de demissão do principal implicado nas irregularidades, o ex-diretor Augusto Pereira.

Já em setembro Delile encaminhou um relatório confidencial ao ministro João Alves, para ser repassado ao presidente Sarney, sumarizando os resultados da apuração até ali feita e anunciando as medidas que seriam adotadas em seguida. Elas resultariam em processo por enriquecimento ilícito, sonegação fiscal, tráfico de influência, malversação de recursos públicos e outros itens penais. Delile antecipava que pediria a intervenção da Receita Federal e da Polícia Federal. Também poderia recorrer à prisão administrativa dos implicados.

Riscos futuros
Sua súbita e surpreendente remoção para a secretaria-geral do MIRAD ocorreu quase ao mesmo tempo em que o inquérito sobre o "rombo" na agência do Rio de Janeiro, já concluído, chegava à procuradoria jurídica do BASA. Delile havia prometido divulgar pela imprensa as conclusões desse inquérito, "doesse a quem doesse". Em seguida seria a ocasião de revelar os golpes na agência de Belém, ainda mais graves, e de Itaituba. O novo presidente interino, embora tenha mantido a decisão de fechar a agência de Madureira, comple-

CORRUPÇÃO

Rombo chega a Us\$ 30 milhões

O Banco da Amazônia poderá ter prejuízo equivalente a 30 milhões de dólares, três vezes o seu capital e capaz de consumir um quarto de seu patrimônio líquido, em consequência de operações mal realizadas ou completamente irregulares das quais seu ex-diretor e ex-presidente Augusto Pereira Barreira foi o principal responsável. As transações, efetuadas por vários funcionários e que permitiram a cobrança de comissões de 8 a 12% sobre o valor global, abrangeram principalmente três agências: a central de Belém, a de Madureira, no Rio de Janeiro, e a de Itaituba, no interior do Estado. Mais recentemente, começaram a aparecer novas operações na agência metropolitana da Pedreira, também em Belém, de menor expressão. Iniciadas em novembro do ano passado, foram incrementadas entre abril e junho deste ano.

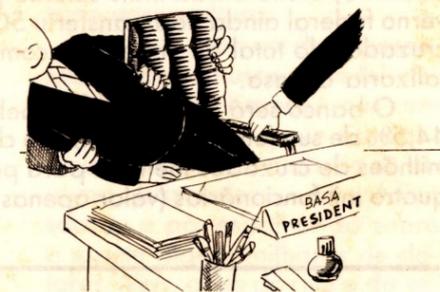
No Rio de Janeiro o inquérito já foi concluído, resultando na demissão do gerente e do subgerente, além do fechamento da própria agência, no bairro carioca de Madureira. O "rombo" foi de 572 milhões de cruzados, dos quais 508 milhões já foram lançados na conta de crédito em liquidação. Dificilmente o banco conseguirá recuperar esse dinheiro. Das 43 operações, apenas uma, das Lojas Masson, com garantias reais, oferece perspectiva de retorno.

Até empresas fantasmas receberam emprésti-

tamente inviabilizada por sua desmoralização, divulgou apenas uma pálida síntese do inquérito, arrolando somente os funcionários, já demitidos.

Na própria diretoria e em vários escalões do BASA a preocupação é com os desdobramentos dos inquéritos administrativos, que só têm eficácia interna. "É injusto punir os bagres e deixar escapar os tubarões", observa uma graduada fonte do banco. Ela ressalta que só com a colaboração de outros órgãos do governo "será possível desfazer e responsabilizar toda a quadrilha", formada com base em favorecimentos escusos e ilícitos na concessão de empréstimos.

Mas há queixas contra o procedimento do Ministério da Justiça, que ainda não acionou a Polícia Federal, mesmo solicitado, e do Banco Central, que não deu prioridade à investigação, conduzindo-a sem maior empenho. Sem a polícia, não podem ser obtidos depoimentos de não funcionários, nem feitas acareações. E só o Banco Central pode rastrear o dinheiro pago nas comissões de agenciamento até seus destinatários. Sem esses elementos, os tubarões escaparão à rede que foi lançada para apanhá-los. Nelas, ficarão apenas os bagres, como sempre.



mos, alguns dos quais foram concedidos com taxas abaixo das do mercado, a firmas sem cadastro, sem lastro ou proibidas de operar na rede bancária por inadimplências anteriores. O intermediário de todas as operações foi o corretor Guilherme Feldhaus, que fazia constantes e demoradas visitas a Augusto Pereira em Belém, conforme os registros da portaria da sede do banco. Ouvido em depoimento, Feldhaus admitiu ter cobrado comissão para agenciar empréstimos, mas disse que sua atividade era regular.

No inquérito ficou constatado que ele transferiu, através de ordens bancárias, 35 milhões de cruzados do Rio de Janeiro para Belém. Depois de passar por duas agências e ser aplicado durante alguns dias, o dinheiro era transferido para a conta de Augusto Barreira Pereira Júnior, filho do diretor do Basa, no City Bank. Nesse mesmo período, a conta do pai — no Lloyds Bank — passou de um saldo médio em torno de 10 mil cruzados para mais de um milhão de cruzados.

Agostinho foi o agenciador dos empréstimos obtidos em Belém e Itaituba. Em Belém, essas operações somavam 541 milhões de cruzados em agosto e em Itaituba, 383 milhões. Como algumas operações foram realizadas com empresas de porte ou com garantias reais, a expectativa da atual diretoria do Basa é de recuperar 40% do dinhei-

ro emprestado, o que poderia salvar o banco do resultado negativo traumático para o balanço final de 1987.

EFEITOS PROFUNDOS

No relatório confidencial enviado ao presidente Sarney, Delile Macedo observou que, além de em geral terem sido homologadas por Barreira Pereira, as operações tinham uma outra característica comum: eram operações sucessivas de 6, 8, 10 e 12 milhões de cruzados, nunca ultrapassando esse limite. É que cada diretor pode autorizar empréstimos de até seis milhões de cruzados sem submetê-los ao Comitê de Crédito ou ao Comitê de Taxas, que são órgãos colegiados. O teto do presidente é de 12 milhões.

Os atos, portanto, foram de responsabilidade solitária de Barreira Pereira quando ele ocupou a diretoria de crédito geral ou a presidência. Mas essas operações só puderam consumir-se porque contaram com a participação de gerentes, subgerentes e assessores, "uma quadrilha", segundo graduada fonte do banco.

A grande preocupação no Basa, agora, é recuperar a maior parcela possível desse dinheiro. Como foram operações de curto prazo, o banco ficou com sua capacidade de giro profundamente abalada, efeito ainda mais sentido porque o governo federal ainda não transferiu 500 milhões de cruzados do total de um bilhão com o qual capitalizaria o Basa.

O banco será afetado ainda pelo reajuste de 44,5% de sua folha de pessoal, que chegará a 580 milhões de cruzados mensais para pouco mais de quatro mil funcionários (valor apenas um pouco in-

ferior ao da folha do Estado, que compreende mais de 60 mil servidores na administração direta). Mas certamente não foi por causa desse aumento, reconhecido em acordo amigável, que Delile foi demitido, apesar dos rumores nesse sentido. O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, só manifestou sua irritação com a decisão do presidente do Basa na reunião do Conselho Monetário Nacional do dia 22. O convite de Jäder Barbalho foi na véspera. E o presidente do Banco do Nordeste assinou o mesmo acordo, sem ser sequer ameaçado.

Voltando a apresentar prejuízo em balanço, em consequência da dilapidação de seus recursos de curto prazo, o Banco da Amazônia estará mais exposto ao ataque de setores do próprio governo que querem cerceá-lo ou mesmo levá-lo à extinção. Esse risco tem aumentado o grau de indignação de seu corpo funcional com a possibilidade de não serem punidos os maiores responsáveis por essa situação, como parece indicar o "confisco" de Delile Macedo. Foi justamente um antigo auditor que, sob o pseudônimo de Cristóvão Colombo de Souza, iniciou a revelação de toda a fraude: ele mandou duas cartas, entre maio e julho, ao Banco Central e ao Basa, relatando todas as irregularidades que estavam sendo praticadas.

Mas Cristóvão Colombo desconhecia tudo quando conversou com um jornalista, em maio, num dos mais concorridos bares de Belém. Alarmado com as revelações usou sua competência de ex-auditor para seguir as pistas e revelar a história, que depois seria integralmente confirmada. Ela já está reconstituída nos inquéritos. Mas colocá-la em prática é outra questão.

O gás entupido

Uma das maiores campanhas publicitárias já realizadas em Belém anunciou, no final de julho, o fim do monopólio da distribuição de gás liquefeito para uso doméstico, comercial e industrial, exercido pela Paragás há muitos anos. A Tropigás, a mais nova empresa do grupo Belauto, entraria no mercado, depois de investir 10 milhões de dólares e mobilizar 300 empregados. Mas seu lançamento não passou mesmo da campanha publicitária: até agora a empresa não pôde operar.

Segundo a versão da Tropigás, o que está havendo é um boicote do grupo Edson Queiroz, que domina todo o setor no Norte e Nordeste. Quando lançou a Tropigás, inicialmente formada por pessoas ligadas ao então governador Jäder Barbalho e ao presi-

dente do Conselho Nacional do Petróleo, general Oziel Almeida, Jair Bernardino imaginava receber 10% do mercado. Em 1988 teria direito a 25%, fatia suficiente para dar rentabilidade ao seu investimento. Mas o CNP, já sob nova administração, deu-lhe 3%, que só dá para garantir prejuízo.

Convencido de que seria difícil superar o bloqueio do monopólio, Bernardino — hoje um dos empresários mais ricos, influentes e também problemáticos do Pará — buscou um entendimento com o grupo Edson Queiroz, do Ceará. Depois de algumas tentativas frustradas, conseguiu marcar um jantar na magnífica mansão da família Queiroz, na Praia do Futuro, em Fortaleza. Foi bem recebido, mas nem se dispôs a tratar do acordo que pretendia fazer. Sem que soubesse, para o jantar

também foram convidados o governador do Ceará, Tasso Jereissati, e o comandante militar da região.

Depois desse evidente recado, Bernardino decidiu aceitar a guerra declarada. Contando com vários políticos, não conseguiu, porém, que o governador Hélio Gueiros lhe desse o apoio que o grupo do ex-governador Jäder Barbalho tem cobrado. Hélio não compareceu à inauguração da Tropigás, embora tivesse mandado a esposa, Terezinha Gueiros. Também não se manifestou sobre os apelos dos deputados estaduais. Bernardino, que enfrenta dificuldades para ampliar ou mesmo manter seu império, conta agora com a ida de Jäder para o Ministério Sarney e a simpatia do senador Jarbas Passarinho.

Por Dentro



Um privilégio

A EBAL (Estaleiros da Bacia Amazônica) é uma das privilegiadas empresas amparadas pelo sistema de incentivos fiscais que não tem motivos para reclamar da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que administra esses recursos. Depois de passar 16 meses sem qualquer liberação — entre dezembro de 1985, quando teve seu projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo, e abril deste ano, data da primeira liberação —, a empresa recebeu, no intervalo de dois meses, todos os 19 milhões de cruzados a que tinha direito — e pelo anêmico artigo 17, que representa apenas 20% das verbas do Finam e tem de ser retalhado entre 400 projetos incentivados (ver *Jornal Pessoal* número 2).

Apenas uma semana depois de aprovar a ampliação do projeto original da EBAL, a Sudam autorizou a liberação de mais de 20 milhões de cruzados para a empresa, que no dia 21 de setembro incorporou-os ao seu capital, assim integralizado em 39 milhões de cruzados. Na semana seguinte a diretoria da EBAL decidiu aumentar o limite do capital autorizado de 83,6 milhões para 700 milhões de cruzados, dos quais 365 milhões são referentes à ampliação aprovada pela Sudam. Com essa providência, o capital autorizado ficou 10 vezes maior do que o capital subscrito, por sua vez quase o dobro do capital efetivamente integralizado. Significa que a EBAL espera muitas e rápidas liberações da Sudam, que pode ter mudado o tratamento à empresa porque em abril o filho do governador Hélio Gueiros, André, assumiu a diretoria técnica.

Inocência cara

Não havia um só jornalista ou qualquer pessoa estranha quando o empresário Francisco

Joaquim Fonseca chegou à sala do delegado Otacílio Mota, no início da noite do dia 28 de setembro, para depor no inquérito que apura o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles (ver *Jornal Pessoal* 1 e 2). Com argúcia, os advogados Osvaldo Serrão e Odilson Novo haviam escolhido o momento ideal para o cliente falar sem ser perturbado. Em condições normais, sua presença na Delegacia de Crimes Contra a Pessoa, no centro da cidade, movimentaria toda a imprensa: afinal, Fonseca é acusado pela família Fonteles de ser o mandante do crime.

Com base em transcrições de pronunciamentos de Fonteles quando deputado, o delegado Mota, que preside o inquérito (já em seu quarto mês, concluso mas sem prisões), convocou o dono do grupo Jonasa. Os advogados alegaram que o empresário estava viajando e se apresentaria quando chegasse. Assim, criaram as condições para Fonseca chegar repentinamente, declarar-se em condições de falar, negar as acusações e atribuí-las a "molecagem" da família e do Partido Comunista do Brasil, que está processando judicialmente. Depois retirou-se em companhia dos advogados, aos quais estariam reservados apreciáveis honorários de três milhões de cruzados, uma quantia provavelmente excessiva diante da tarefa pouco complicada de demonstrar uma inocência tão simples como a que Fonseca declarou em seu depoimento.

Coca em Belém

Belém já é um dos pontos principais na rota da cocaína no Brasil, segundo uma fonte policial que atua no combate ao tráfico. Além de servir de entreposto no fluxo da droga, que já é produzida na Amazônia, Belém vai se tornando uma razoável fonte de consumo. Como já ocorre em mais larga escala no Rio de Janeiro ou em São Paulo, festas so-

fisticadas começam a ser "animadas" com a distribuição da droga.

No apartamento de uma personagem da sociedade, num prédio localizado às proximidades de um dos mais badalados pontos de encontro da noite paraense até algum tempo atrás, houve em agosto uma festa regada a cocaína, que foi servida aos presentes ao lado de comida e bebida da melhor qualidade. Um médico, não habituado à droga, cometeu uma "gafe" imperdoável pelos que a usam com mais desenvoltura.

Levado para um dos aposentos do apartamento, a ele foi oferecido o pó branco, que um empregado carregava na bandeja. Imaginando tratar-se de alguma brincadeira, o médico soprou o pó, espalhando sobre o tapete alguns milhares de dólares. Mas, além do riso e do vexame, não causou maior impacto aos presentes: o estoque de cocaína foi logo repostado.

Uma coincidência

O Diário Oficial do dia 24 de setembro publicou o extrato do contrato de empreitada entre a Secretaria de Educação e a Construtora Marques Farias, no valor de 2,7 milhões de cruzados, para a recuperação de duas escolas estaduais em Belém. A publicação era apenas uma formalidade: o contrato fora assinado no dia 20 de julho e deveria ser executado até 25 dias depois, como outros 12 publicados na mesma edição, no valor de 25 milhões de cruzados. A obra da Construtora Marques Farias para a Seduc deveria estar concluída no dia 14 de agosto, um dia após a queda do edifício Raimundo Farias, também de sua responsabilidade.